

MÁRIO DE ANDRADE: UM PRECURSOR DOS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NO BRASIL

Angela C. S. RODRIGUES*

No capítulo IX de *Macunaima*, rotulado “Carta pras Icamiabas”, o herói sem nenhum caráter assim relata suas experiências em terras paulistanas:

Mas cair-nos-iam as faces, si ocultáramos no silêncio, uma curiosidade deste povo. Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra. Assim chegado a estas plagas hospitalares, nos demos ao trabalho de bem nos inteirarmos da etnologia da terra; e dentre muita surpresa e assombro que se nos deparou por certo não foi das menores tal originalidade lingüística. Nas conversas, utilizam-se os paulistanos dum linguajar bárbaro e multifário, crasso de feição e impuro na vernaculidade, mas que não deixa de ter o seu sabor e força nas apóstrofes, e também nas vozes de brincar. Destas e daquelas nos inteiramos, solícito; e nos será grata empresa vô-las ensinarmos ai chegado. Mas si de tal desprezível língua se utiliza na conversação os naturais da terra, logo que tomam da pena, se despojam de tanta asperidade, e surge o Homem Latino, de Lineu, exprimindo-se numa outra linguagem, mui próxima da vergiliana, num dizer de panegirista, meigo idioma, que, com imperecível galhardia, se intitula: língua de Camões (ANDRADE, 1978, p. 78).

Mais adiante, no capítulo X, “Pauí-Pódole”, Mário de Andrade nos conta que:

Macunaima aproveitava a espera se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito (ANDRADE, 1978, p. 81).

* Docente da FFLCH - USP

Estas palavras de Mário de Andrade traduzem a visão que ele tem, na década de 20, da realidade lingüística brasileira: ele sugere a existência de duas diferentes normas, uma brasileira, no plano da oralidade, outra portuguesa, no plano do escrito, constatação que poderia levar o leitor desavisado a pensar na existência de duas línguas autônomas, mutuamente excludentes. Por outro lado, tais palavras evidenciam sua constante preocupação por problemas de língua e linguagem, explicitada não só na sua própria produção literária, de que servem de exemplo os citados trechos de *Macunaíma*, mas se divulga, também na sua vastíssima correpondência pessoal, em conferências e artigos para periódicos, textos em que busca apresentar posições claras e inequívocas a respeito de seu instrumento de trabalho: a língua portuguesa do Brasil.

Trata-se da língua usada pela nação brasileira, firmada gradativa e inconscientemente no homem nacional.

a lingua de que todos os socialmente brasileiros têm de se servir, se quiserem ser compreendidos pela nação inteira. É a lingua que representa intelectualmente o Brasil na comunhão universal (LOPES, 1976, Táxi: fala brasileira).

Coincidentemente, por razões históricas, é também a língua dos portugueses, o português, a língua de Portugal, mas tal fato não lhe importa. Transplantada para o Brasil, falada por brasileiros, evocando o Brasil, ela pode ser chamada de “brasileiro”. Aliás, suas características não deveriam ser definidas em oposição às da língua de Portugal, que, em *Macunaíma*, ele mostra muito bem conhecer, pois não lhe interessa Portugal.

O Brasil é hoje outra coisa que Portugal. Essa outra coisa possui necessariamente uma fala que exprime outras coisas de que ele é feito. É a fala brasileira (LOPES, 1976, Táxi).

Em síntese, interessa-lhe a norma brasileira.

Para a consecução de seu objetivo maior de definição de uma entidade nacional, impõe-se o conhecimento da realidade

lingüística brasileira, o que passa obrigatoriamente pela prática da pesquisa constante, opção vital e fecunda para Mário de Andrade. Sua argúcia de observador da língua viva brasileira já se anuncia em *Paulicéia Desvairada* (ANDRADE, 1955), quando chama a atenção para a riqueza sonora da “língua brasileira”, que possui o admirabilíssimo ‘ão’. Essa atitude de sondagem constante vai ocupá-lo por toda a vida.

Pensamos ser possível detectar dois momentos diferentes no processo de pesquisa desenvolvido por Mário de Andrade: numa primeira fase, ele documenta, faz anotações de tudo o que ouve e considera relevante para a composição de um retrato fidedigno da realidade; numa segunda fase, propõe-se ordenar o material coletado para posterior sistematização, e, assim, pode justificar, com base no uso, não só a existência de uma norma brasileira, mas também suas opções estilísticas de artista brasileiro.

Em *A Gramatiquinha de Mário de Andrade* (PINTO, 1982), encontram-se notícias preciosas sobre esse trabalho de coleta e ordenação de dados sobre o português do Brasil, tarefa de que se desincumbiu o *turista aprendiz* Mário de Andrade na década de 20. Aliás, o próprio Mário se refere a esse projeto em carta a Sousa da Silveira:

Este livro, do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca jamais tive intenção de escrever. É certo que tomei muita nota, fiz muita ficha, a respeito da língua e de processos que me pareciam mais nacionais de traduzir o pensamento em linguagem, mas é só (ANDRADE, 1968, p.163).

Ou, anteriormente, em carta a Augusto Meyer (ANDRADE, 1968):

Minha intenção foi apenas [...] foi mostrar que não estava às escuras, que tinha documentação e estudos a respeito do que estava tentando (grifos nossos).

Por outro lado, argúcia de observador e preocupações de pesquisador Mário de Andrade denuncia em carta a Murilo

Miranda, onde tenta reproduzir o diálogo que ouviu na 2ª feira de carnaval de 1935:

Vou também lhe mandar uma coisa minha que só será publicada com a promessa formal de você que sairá graficamente exatamente igual ao original que eu mandar. Isso é bobagem minha, mas tentei grafar exatamente, com o mais contraditório realismo, as inconseqüências da fala popular. O caso é quase que a reprodução fotográfica dum fala que escutei numa segunda-feira de carnaval. Bordei um bocado de coisa, mas as frases justamente mais curiosas, saíram tal-e-qual da boca do mulato. (ANDRADE, 1981). Com o título "Foi sonho", a "conversa" foi publicada posteriormente em Os filhos da Candinha. (ANDRADE, s.d.b.)

Por fim, "O baile dos pronomes", trabalho de 1941 publicado em *O empalhador de passarinho* (ANDRADE, s.d.a.), sintetiza suas idéias a respeito da questão da próclise do pronome oblíquo átono no início de frase, uso lingüístico por ele considerado típico do português falado no Brasil.

Bastante censurado por não acatar a norma estabelecida por gramáticos portugueses e obedecida por muitos escritores brasileiros, fundamenta sua opção por iniciar frase com pronome oblíquo átono das três pessoas gramaticais em dados colhidos não só em textos literários, principalmente poéticos, mas também na literatura folhetinesca popular. Quer com isso dizer que

o fenômeno é muito principalmente de ritmo, não só de ritmo no tempo, como também de ritmo psicológico.

A constância rítmico-verbal brasileira o autoriza a continuar antepondo ao verbo o pronome oblíquo átono no início de frase, ainda que, já em 1925, esteja consciente de que

o brasileiro se caracteriza pela variedade com que dispõe os pronomes (ANDRADE, 1958).

Um exemplo de atividade de pesquisa diferente de sua prática de coleta assistemática até então desenvolvida, no sentido de que se propõe a seguir um plano de trabalho previamente estabelecido, é o projeto que, à testa do Departamento de Cultura de São Paulo, de 1936 a 1938, assessorado por Antenor Nascentes e Manuel Bandeira, desenvolve sobre pronúncias regionais do Brasil.

Encontram-se nos *Anais do Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada* (1938), informações a respeito desse projeto, desenvolvido em 1937, até então inédito no Brasil: a fixação em disco da pronúncia de dois informantes alfabetizados (nortistas, nordestinos, baianos, cariocas, paulistas, mineiros e sul-riograndenses), um culto e um inculto, todos do sexo masculino, de cada uma das sete regiões ou zonas fonéticas em que se considerou dividido o Brasil, com vistas a um estudo comparativo das dicções dessas regiões. Trata-se da série de 14 discos AP 1 a 12 e AP 17-18 da Discoteca Pública Municipal do Departamento de Cultura, gravados em 78 rpm, dos quais apenas 7 foram definitivamente prensados e se encontram atualmente sob a guarda da "Discoteca Oneyda Alvarenga" do Centro Cultural São Paulo, que, infelizmente, não poderão ser aproveitados para estudo em virtude de defeitos técnicos das gravações.

Os trabalhos de registro dessa série, com exceção dos discos que registram a pronúncia paulista, foram feitos no Rio de Janeiro, ainda que envolvendo informantes procedentes de diferentes regiões do Brasil, mas moradores do Rio no momento da pesquisa. Como São Paulo também dispusesse de estúdios de gravação, o depoimento dos paulistas foi gravado na capital paulistana.

Os registros destinados aos estudos de fonética faziam parte de um projeto mais amplo de organização e manutenção de um serviço de gravações de discos ou de registros sonoros, de que fazia parte o *Arquivo da Palavra*, subdividido em dois ramos: o registro das vozes dos homens ilustres do Brasil e os registros destinados especificamente aos estudos de fonética. Os planos de Mário de Andrade, entretanto, não se concretizaram, em virtude

de seu afastamento do Departamento de Cultura de São Paulo em 1938.

A primeira tarefa dos indivíduos escolhidos consistiu na leitura de um texto elaborado por Manuel Bandeira. Por isso, foi descartada a participação do informante analfabeto, pois

o analfabeto precisaria decorar o texto-padrão, e fatalmente lhe daria por isso uma timbração e um ritmo artificiais, como o fazem todos os indivíduos incultos com os textos decorados. Além disso, sendo o texto padrão de difícil memorização por se compôr de frases soltas, sem seguimento lógico, o caso complicaria ainda mais (p. 181).

A segunda tarefa consistiu na recitação do Padre Nosso e da Ave Maria. Os pesquisadores mostraram-se conscientes de que fatores situacionais poderiam, eventualmente, influir na dicção dos falantes, tais como: o ambiente do estúdio de gravação, o uso de microfone, e a própria forma escrita entendida como possível elemento condicionador de determinadas realizações fonéticas. Por isso acharam conveniente

algo que permitisse uma dicção espontânea e que todos soubessem de-cor. Na falta de outro texto de domínio geral, recorreu-se a textos religiosos, recaindo a escolha sobre o Padre-Nosso e a Ave-Maria (p. 182).

Mário de Andrade, ao passar para Manuel Bandeira a incumbência de elaborar o texto padrão, enfatizou a idéia de que ele deveria

ser bem simples, bem popular e durar de 2 a 3 minutos (p. 182). Poderia ser composto de frases soltas.

O filólogo Antenor Nascentes, autoridade em fonética no seu tempo, professor catedrático de Português do Colégio Pedro II forneceu uma lista dos fonemas cuja pronúncia lhe parecia mais relevante de apurar, tais como: (a) vogais pretônicas, como

em *folhinha, compadre*; (b) “r” final, ou fechando sílaba, como em *senhor, tordilho*; (c) “s” consoante surda fechando sílaba, como em *esqueceu*; “lh” como em *colheita*.

Além desses fonemas, Manuel Bandeira achou conveniente observar a realização de outros mais, a partir, não só das sugestões do Prof. Souza da Silveira e de Mário de Andrade, mas também de sua própria experiência. São exemplos dessas sugestões:

lia em família; ei em inteiro, manteiga, beiju, teimou; x em próximo; não átono em Não sei não; Virgem Maria; a e e na primeira pessoa do plural do perfeito do indicativo dos verbos de 1ª e 2ª conjugação (falamos, tivemos); (p. 184)

Com base nessas sugestões, foi organizado o texto padrão. Uma nota da Discoteca esclarece que

o texto foi escrito em ortografia vulgar. Procurou-se com isso evitar que a ortografia fonética, com seus acentos e simplificação de certos grupos consonânticos, viesse a influenciar na pronúncia de alguns fonemas (p. 183).

São exemplos de frases do texto padrão

Que família! Tráz-ante-hontem adquiri um bilhete de loteria inteiro. Perdi. Quem foi que disse que eu era de Pernambuco? Eu não sou pernambucano não! O que é que elle contou? Não sei não. Nesta questão estou de corpo e alma com o meu compadre. Tio Pio viu que a agua do rio subiu muito. (p. 183-184)

O título da comunicação, apresentada por Manuel Bandeira, *Pronúncias regionais do Brasil*, é bastante sugestivo, pois esclarece, com precisão, a perspectiva adotada por Mário de Andrade e seus assessores diante do problema da variação lingüística: no imenso território brasileiro falam-se diferentes variedades de português, cujos traços característicos imediatamente observáveis são de natureza fonética; cumpre ao estudioso a descrição desses traços fônicos identificadores de

cada uma dessas variedades diatópicas. Trata-se, portanto, de uma nítida opção pelo enfoque dialetológico, que põe em relevo a língua falada em detrimento da língua escrita literária, e que vê no português do Brasil uma língua matizada em variedades espaciais ou geográficas, isto é, variedades lingüísticas associadas a um lugar ou região particular, num determinado momento histórico. A diversidade de pronúncias seria índice indiscutível dessa realidade lingüística multifacetada.

Nesse sentido, o projeto se insere numa tradição de estudos dialetológicos inaugurada por Amadeu Amaral, com seu trabalho *O dialeto caipira* (1955) (divulgado desde 1916 e publicado em livro em 1920), de que também fazem parte os estudos de Antenor Nascentes sobre a fala carioca.

É evidente que as pretensões de Mário de Andrade não se limitavam ao levantamento de dados de uma determinada região dialetal; estava certo de que o estudo comparativo da língua oral de todas as regiões do Brasil poderia, com maior segurança, levar à caracterização da pronúncia brasileira, enquanto uma das marcas identificadoras da língua portuguesa falada no Brasil.

Trata-se, todavia, de uma postura diversa daquela que assumira nos anos em que se envolveu no projeto de elaboração da *Gramatiquinha* (1927-1929),

como parte de um projeto mais amplo, de redescoberta e definição do Brasil, o qual seria, não uma consolidação completa e rígida dos traços peculiares à norma brasileira, mas um discurso engajado, de implicações lingüísticas e estéticas... (PINTO, 1982, p.39).

Agora, menos comprometido com ideais nacionalistas, mais voltado para a fala em detrimento das cogitações lingüísticas gerais, abstratas, mais consciente das diferentes normas brasileiras e amparado por metodologia de pesquisa fonética que se firmava na década de 30, no Brasil, não titubeou ao sugerir um estudo metódico das diferentes pronúncias brasileiras.

Para isso, utilizou técnicas de coleta de material falado também inovadoras, já que pela primeira vez no Brasil se faziam

gravações em discos de amostras de língua oral. De fato, tal procedimento vinha sanar algumas deficiências metodológicas das pesquisas até então desenvolvidas no Brasil, que se baseavam, ora em observações impressionistas do próprio pesquisador, no caso de Antenor Nascentes, ora na de observadores imparciais, pacientes e metódicos, que se dedicassem a recolher elementos “em suas regiões limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (grifo do autor), no caso de Amadeu Amaral (1955, p.43). As realizações fonéticas assim observadas eram fixadas graficamente, com utilização das letras convencionais do alfabeto, procedimento até então corrente em trabalhos de fonética no Brasil.

Assim, em 1937, Mário de Andrade pôde dispor do aparato técnico de Antenor Nascentes, em 1930, lamenta não possuir, quando, então, desenvolveu pesquisas com vistas à fixação de um pronúncia-padrão para o ensino das escolas primárias, profissionais e normais do Rio de Janeiro (PINTO, 1981, p. XXX).

Com vistas a um estudo comparativo das dicções das diversas zonas fonéticas, Mário de Andrade optou por outra estratégia, também inédita no Brasil: a definição de um número restrito de informantes, selecionados segundo critérios definidos *a priori*. Por isso, foram escolhidos dois falantes de cada região, a respeito dos quais são dadas informações objetivas quanto ao local de nascimento (naturalidade), faixa etária, grau de escolaridade (apenas dos falantes cultos), profissão, nacionalidade dos pais e avós, e possíveis afastamentos temporários de sua região de origem.

Na definição de critérios de escolha dos informantes ressalta sua preocupação com os aspectos sociolinguísticos, ao considerar as características do falante e da situação em que se realiza a atividade verbal. Como já dissemos, mostra-se consciente de que dados de situação ou fatores situacionais podem provocar variação de comportamento verbal ou de registro, devida à maior ou menor tensão na comunicação. Por isso, não deixa de fazer referência a fatores que poderiam

perturbar a leitura: buscou neutralizar-lhes o efeito, propondo que os informantes “recitassem” textos religiosos, que todos sabem de cor e que se repetisse cada frase para

confirmação da pronúncia e maior naturalidade na repetição (p. 184).

Tais preocupações não aparecem nas pesquisas dialetológicas até então desenvolvidas no Brasil, ainda que alguns dialetólogos se refiram, algumas vezes, a diferentes classes de falantes ou a diferentes registros. Mas não mostram maiores preocupações por esclarecer tais idéias. Ao contrário, Mário de Andrade considerou relevantes os aspectos socioculturais para a escolha de seus informantes, pois fica evidente que ele percebeu ser um possível aspecto questionável na sua pesquisa o fato de não ter gravado a fala dos indivíduos em suas regiões de origem. Visando a minimizar o efeito desse fator, buscou pessoas recém-chegadas ao Rio de Janeiro, procedentes das várias zonas em questão; partiu do pressuposto de que ainda não havia ocorrido lapso de tempo suficiente para a perda de hábitos articulatórios antigos e posterior aquisição de novos. Tais fatos confirmam o interesse de Mário de Andrade pelo estudo das relações língua-sociedade, língua-indivíduo, campo atual da Sociolinguística e da Psicolinguística, bem como sua preocupação por conferir às suas observações um caráter eminentemente científico, nos moldes da época.

Enquanto tentativa de apresentar material suficiente para a composição de um quadro geral da pronúncia brasileira, sem preocupação por cotejá-la com a de Portugal, a iniciativa do Departamento de Cultura não deixa de ser renovadora. Ao mesmo tempo, é um trabalho perfeitamente inserido no seu momento, por algumas razões fundamentais.

Primeiramente, na década de 30, os estudos fonéticos constituem a grande preocupação dos estudiosos da língua portuguesa do Brasil, quase sempre interessados em fixar uma pronúncia padrão com fins pedagógicos (PINTO, 1981, p.XXVIII-XXXII). Evidentemente, tal preocupação imediatista não transparece na empresa de Mário de Andrade, sempre

interessado pelo aspectos da fala brasileira, como atestam os documentos relativos à Fonética e à Prosódia, separados para uma possível elaboração da *Gramatiquinha*, e anexados justamente na década de 30.

Em segundo lugar, o estudo sobre pronúncias do Brasil contém a sugestão de Mário de Andrade para uma possível demarcação de áreas dialetais no Brasil a partir de dados do presente. Ainda que a metodologia de pesquisa adotada por ele denuncie preocupação por conferir ao seu trabalho um cunho científico, revelado, com maior clareza, em suas pesquisas de folclore, no plano de estudos dialetológicos não deixa de ser uma contribuição de cunho apriorístico, como foi toda a década de 30 (PINTO, 1981, p. XXI).

Não seria difícil relacionar essas zonas com as que o *turista aprendiz* Mário de Andrade de fato pôde conhecer, com segurança, em suas viagens pelo Brasil. Se elas constituíram experiência fundamental para sua *verificação da inteligência nacional*, por que não o teriam sido para a verificação *in loco* das diferentes pronúncias do Português do Brasil?

Pergunta-se, então, se Mário de Andrade teria, nos dados fixados em disco, material suficiente *para um estudo comparativo exato* (grifo nosso) *das dicções das diversas regiões* do Brasil, que viessem comprovar a validade da sua proposta de divisão do Brasil em sete zonas fonéticas.

É evidente que ele se fundamenta numa premissa básica para os dialetólogos: a variável ou as variáveis sob análise são especificadas previamente, localizadas geograficamente e não existe qualquer dúvida quanto à sua existência no espaço considerado. Além disso, pressupõe-se que o grupo a que pertence o informante seja razoavelmente homogêneo (no caso da pesquisa em pauta, os grupos culto e inculto) e que a escolha desses informantes típicos (grifo nosso) é, como de fato foi, ditada em parte pelos hábitos de trabalho, em parte pela sua vontade em fazer gravações (LABOV, 1974, p.51). Explica-se, dessa maneira, o número restrito de informantes já que, em princípio são eles considerados legítimos representantes da fala de sua região.

Pode-se questionar, entretanto, o grau de representatividade de alguns informantes ideais, ou típicos, escolhidos pelos pesquisadores, quer por pertencerem a grupos etários diferentes, quer pelo fato de alguns deles já se encontrarem afastados há algum tempo de suas regiões de origem. Referimo-nos especificamente aos falantes incultos carioca e sul-riograndense de 21 anos de idade, residentes há mais de dois anos e meio no Rio de Janeiro. Teriam eles conservado os mesmos hábitos fonéticos de infância adquiridos em suas regiões de origem? Seriam eles tão representativos quanto os outros informantes incultos de diversa faixa etária, como é o caso do carioca e do paulista, com, respectivamente, 50 e 46 anos de idade, que nunca se afastaram de sua terra natal? Pensamos que a heterogeneidade do restrito grupo de informantes fatalmente comprometeria os dados obtidos, que, por isso, não viriam contribuir para um estudo comparativo exato das dicções regionais do Brasil.

Questiona-se também o número de informantes: um único falante de cada faixa socioeconômica seria insuficiente para proporcionar a quantidade de dados necessária para a caracterização da variedade de fala da região, principalmente quando se leva em conta o fato de que não seriam, efetivamente, dados de língua falada enquanto realização verbal concreta, no seio de uma comunidade lingüística. Trata-se, na realidade, de um tipo de língua oral de "segunda mão", observável na leitura do escrito, aquela que o falante elabora a partir do escrito e aprendida na escola, e, por isso, totalmente diferente daquele que lhe pertence pela aprendizagem na comunidade. A escola lhe proporciona um modelo de realização oral até certo ponto artificial, que não coincide com aquela aprendida espontaneamente pelo exercício de elaboração constante de atos de fala.

As características intrínsecas do texto elaborado por Manuel Bandeira muito contribuíram para o artificialismo das realizações fonéticas observadas nas gravações: trata-se de uma série de frases soltas, autônomas quanto ao seu conteúdo, descontextualizadas e artificialmente construídas com vistas a proporcionar ao informante oportunidade de realização de diferentes fonemas, escolhidos, em princípio, por se realizarem

de maneira diversa, no Brasil. Evidentemente, os pesquisadores partem do pressuposto de que o falante adquire, em suas regiões de origem, um determinado feixe de hábitos articulatórios, que individualizam sua fala, em contraste com a de outras zonas dialetais, e que se manterão inalterados no decorrer de sua vida. Para eles, esses hábitos articulatórios podem ser perfeitamente verificados única e exclusivamente na leitura de frases rigidamente organizadas de acordo com as regras prescritivas convencionalizadas para a escrita, como se não houvesse diferenças de grau de formalismo entre o estilo informal ou causal da fala cotidiana e o formal da escrita, claramente evidenciado pelo texto em questão, donde as diferenças de elocução.

Não queremos com isso dizer que a leitura não possa ser uma das possíveis estratégias utilizadas para o estudo de variáveis fonológicas. É o que nos mostra Labov nos seus estudos sobre a estratificação do Inglês em Nova York, quando observa que: (a) as cinco variáveis fonológicas por ele escolhidas alternavam-se de maneira regular em função do estilo e do contexto; (b) o maior problema para o pesquisador é controlar os diversos contextos e definir os estilos de discurso que aparecem em cada um deles (LABOV, 1976, p.138 e segs.). A leitura é um dos contextos (contexto C) por ele sugeridos.

Nas suas considerações sobre os diferentes estilos contextuais, Labov refere-se à situação de entrevista (contexto B) e à leitura (contexto C), enquanto duas etapas de coleta de dados em suas pesquisas em Nova York. Diz ele que decorrida uma parte significativa de entrevista, o informante era convidado a ler dois textos-padrão: um concentrava em parágrafos sucessivos as variáveis fonológicas, outro apresentava pares mínimos das variantes justapostos (LABOV, 1976, p. 140-143).

Confirma-se, assim, a validade do uso da leitura enquanto estratégia para o estudo de variáveis fonológicas. De novo se evidencia a intuição do pesquisador Mário de Andrade que ao empreender a coleta de dados para a caracterização das pronúncias brasileiras, se sentiu seguro para utilizar uma técnica até então desconhecida no Brasil e cuja validade os estudos sociolinguísticos posteriores vieram confirmar. A possível

deficiência de seu empreendimento está, sobretudo, no fato de ter considerado a leitura como estratégia única e suficiente para a caracterização de variantes fonéticas, sem qualquer apelo ao contexto enquanto fator de variação lingüística. E Mário de Andrade tinha consciência disso, como posteriormente veio a confirmar em seus escritos de *O empalhador de passarinho* (ANDRADE, s.d.b.).

Além disso, embora as frases escolhidas contivessem os fonemas cuja realização Mário de Andrade pretendia verificar, a própria estrutura do texto enquanto somatória de frases autônomas, cujo conteúdo fragmentado não se relacionava diretamente às experiências de cada informante, não constituiu fator favorável à obtenção de um fluxo de fala o mais regular e contínuo possível, como sugere Labov.

Por tudo isso, o artificialismo das realizações fonéticas observadas comprometeria, com certeza, os resultados da pesquisa sobre pronúncias brasileiras e que acabou ficando comprometida irremediavelmente pelas deficiências técnicas de gravação.

Apesar dos reparos que, necessariamente, devem ser feitos ao trabalho de Mário de Andrade e assessores sobre as diferentes “dicções das diversas regiões”, é inegável o caráter pioneiro de sua pesquisa, já que pela primeira vez se registrou material sonoro com vistas à caracterização do português falado no Brasil.

Dissemos que o título da comunicação “Pronúncias Regionais do Brasil” é bastante sugestivo na medida em que documenta as idéias de Mário de Andrade a respeito da questão da variação lingüística. O português falado no Brasil, que, por si só, constitui uma variedade de língua portuguesa diferente daquela usada em Portugal, se lhe apresenta como um todo heterogêneo de variedades, isto é, no imenso território brasileiro falam-se diferentes variedades do português, cujos traços fonéticos característicos podem ser detectados metodicamente, embora não sejam os únicos, como explica em carta a Manuel Bandeira:

Agora você dever ver que pequenas diferenças entre falar numa pra outra região brasileira são fatais não só de pronúncia como de sintaxe. Em todos os países grandes se dá e até nos pequenos. Diferenças léxicas e sintáticas(ANDRADE, 1958).

Durante toda sua vida não se cansa de colher exemplos de língua falada viva, reveladores de uma complexa rede de correlações entre variedade lingüísticas e fatores sociais, culturais, geográficos, estilísticos e temporais. Em síntese, concentra sua atenção nos usuários e nos usos da língua.

Em carta a Sousa da Silveira, em 1935, escreve:

Toda língua, inclui dentro do seu conceito uma infinidade de línguas particulares, está claro. Tem a língua que a gente fala, a mais legítima, terrestremente falando. Mesmo esta se subdivide na língua do ferreiro, na do marujo, na do professor, na do aluno, na do amante. etc., etc(ANDRADE, 1968, p.151).

Ainda que não especialista em questões de língua, como sempre insiste em reafirmar, é aqui evidente sua sensatez de usuário e, ao mesmo tempo, de estudioso consciente da existência de variedades lingüísticas devidas ao falante, no caso à sua profissão associada a grau de escolaridade, referindo-se, portanto, às variedades sincrônicas explicadas por fatores sociais.

Está certo de que *cada grupinho regional ou profissional* se utiliza de cada um desses socioletos, pois

os acidentes regionais, as profissões se encarregam de transformar essa língua abstrata, propriedade de todo o corpo social que a emprega, numa quantidade de linguagens concretas diversas. É por isso que fala na existência da linguagem do rádio, uma linguagem particular, complexa, "mixordiosa", de sabor todo especial: ela precisa, democraticamente, ser acessível a todos os "amigos ouvintes" ("A língua radiofônica", 1940).

Por outro lado, sabe também que um mesmo falante não se expressa sempre da mesma maneira, mas adapta seu registro às diferentes circunstâncias do ato de fala, ou seja, sabe que

existem variedades funcionais estabelecidas a partir do uso consciente que cada falante faz da língua. Um exemplo delas é a

linguagem dos sentimentos, que faz um burguesinho ter com a mulher um linguajar amoroso muito especial, ou ter tal linguagem nos momentos de cólera que jamais, como vocabulário e sintaxe, ele empregaria na festa de aniversário da filhinha ("A língua radiofônica", 1940).

Por último, a língua

ainda tem a circunstância de ser mudável, permanentemente mudável, viver em perpétuo fiat (ANDRADE, 1968, p.152), ou, em outras palavras, é um instrumento vivo, em eterno fazer-se a que qualquer coisa modifica, transforma ou acrescenta ("A língua viva", 1940).

Não passou despercebido a Mário de Andrade o fato de que as línguas mudam com o passar do tempo.

Suas palavras acima transcritas mostram que para ele a noção de variação lingüística se apresenta clara e inequívoca. A língua viva do Brasil, se se permite parafrasear Amadeu Amaral, se matiza em diferentes modalidades, em dialetos sociais e regionais, em diferentes registros, todos eles compondo a língua que se fala, a que anda em milhões de bocas brasileiras.

Estes são aspectos fundamentais recuperados pelas pesquisas socio-lingüísticas mais recentes, que visam a retratar a riqueza lingüística do Brasil, razão pela qual podemos, com justiça, considerar Mário de Andrade um verdadeiro precursor dos estudos sociolingüísticos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- ANDRADE, M. de. *Cartas a Murilo Miranda: 1934-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ANDRADE, M. de. *Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira*. Prefácio e notas de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- ANDRADE, M. de. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Liv. Martins, s.d.
- ANDRADE, M. de. *Os filhos da Candinha*. São Paulo: Liv. Martins, s.d.
- ANDRADE, M. de. *Macunaima: o herói sem caráter*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- ANDRADE, M. de. *Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros*. Coligidas e anotadas por Lygia Fernandes. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1968.
- ANDRADE, M. de. Paulicéia Desvairada. In: *Poesias Completas*. São Paulo: Liv. Martins, 1955.
- CONGRESSO DE LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Departamento de Cultura, 1938.
- LABOV, W. Estágios na aquisição do "Inglês Standard". In: FONSECA, M.S., NEVES, M.E.(Org.) *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LABOV, W. *Sociolinguistique*. Paris: Ed. de Minuit, 1976.
- LOPES, T.P.A. (Org.) *Mário de Andrade: Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria da Cultura e Tecnologia, 1976.
- PINTO, E.P. *A gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo, 1982. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- PINTO, E.P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981. v.2.